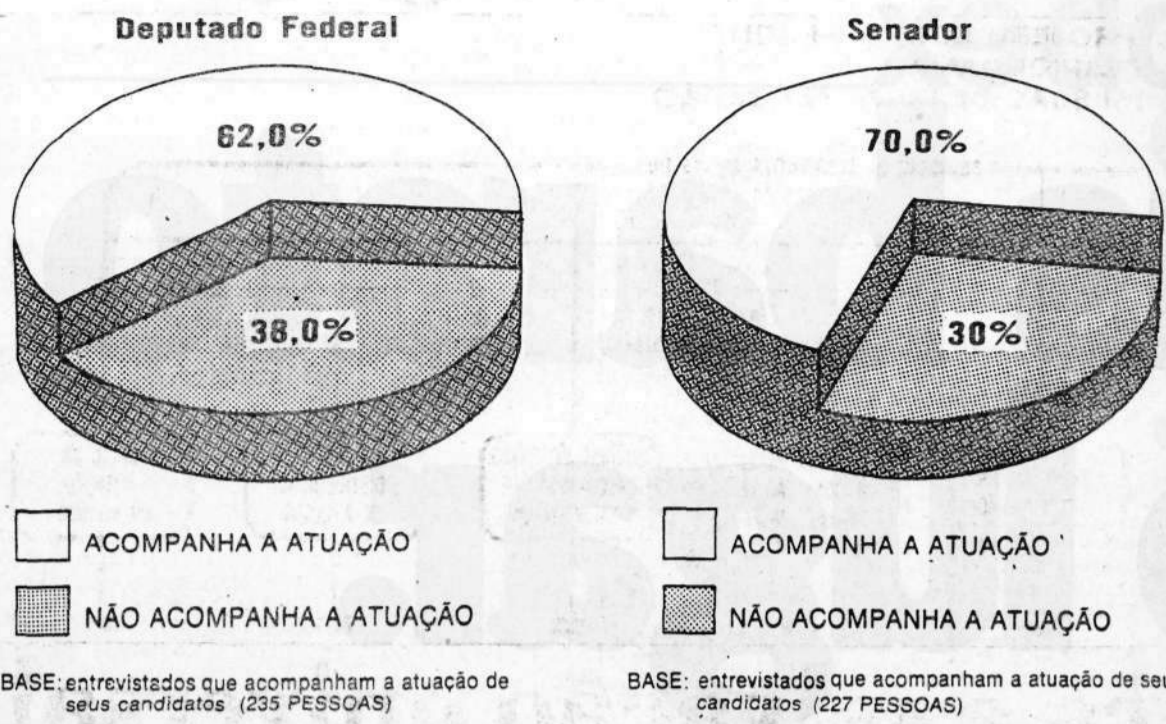
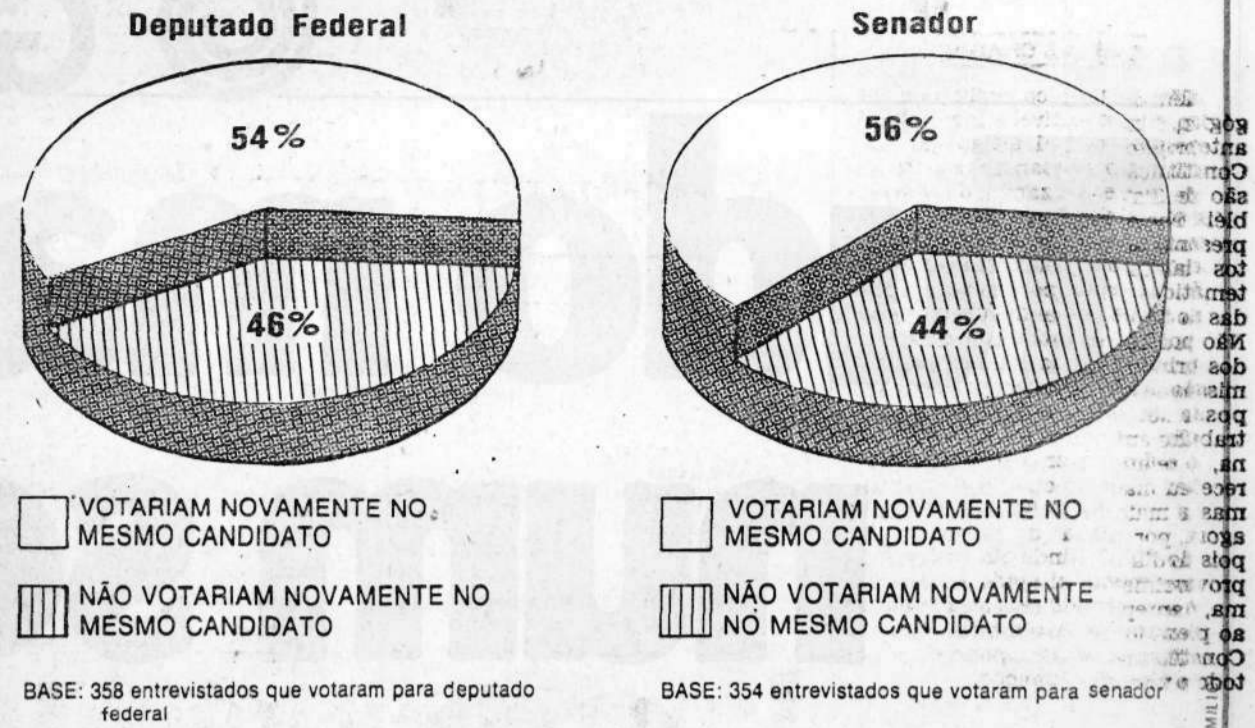


O sr. (a) está satisfeito com a atuação do(s) seu(s) candidatos na Constituinte?



Se as eleições fossem hoje o sr.(a) votaria novamente nesse(s) mesmo(s) candidato(s)?



# Paulistano espera pouco da Constituição

A expectativa da população de São Paulo com relação à futura Constituição é baixa e a qualidade de vida não vai melhorar no País em consequência dela. É o que revela o levantamento do Departamento de Pesquisa da S.A. O Estado de S.Paulo, feito na quinta-feira, por telefone, com 407 pessoas. Apenas 37% dos entrevistados acham que a nova Carta será melhor que

a atual, de 1967; para 45%, ela será ou igual ou pior (25% e 20%).

Os entrevistados — sempre maiores de 18 anos — parecem não relacionar a elaboração da nova Constituição à melhora da vida no País. Tanto é assim que, apesar dos 37% que esperam um progresso constitucional, a maioria (51%) acha que sua vida

pessoal vai permanecer igual, e poucos (17%) consideram que ela venha a melhorar. Os que prevêem piora chegam a 18%. Em número representativo da população paulistana possuidora de telefone, os entrevistados em grande parte acompanham a atuação dos deputados e senadores que elegeram e se dividem no momento de aprovar sua atuação.

## Avaliação, só com o texto pronto

A população escolheu seus representantes em novembro de 86, mas prefere opinar sobre o resultado final do que eles estão fazendo. Ela quer dar sua aprovação ao texto da nova Carta. São apenas 23% os desinteressados em aprová-lo, enquanto esmagadora maioria (76%) faz questão de dar o seu julgamento antes de a Constituição ser promulgada. Esse número baseia-se no total dos entrevistados, e inclui, portanto, os que não votaram nas eleições passadas em deputado e senador (12% e 13%).

Dentre os votantes (quase 90%), a pesquisa separou outra categoria — a dos que votaram e conseguiram eleger seu candidato. Destes, a maioria acompanha a atuação do seu escolhido, trate-se de senador (70%) ou de deputado (62%). E esse acompanhamento satisfaz e desagradam parcelas praticamente iguais dos entrevistados. O índice de satisfação com a atuação dos deputados é de 45%, e o de insatisfação, 41%. Os conteúdos em parte com o trabalho dos eleitos para a Câmara Federal somam 14%. O desempenho dos senadores agrada um pouco mais aos eleitores (48%), e os insatisfeitos com eles totalizam o mesmo índice atribuído aos deputados (41%).

Diante do alto índice de insatisfação, é surpreendente que os eleitores tenham reafirmado seu voto. Talvez eles confiem em melhora de seus candidatos, e assim afirmem que, houvesse novas eleições hoje, escolheriam a mesma pessoa (56% em senador e 54% em deputado).

**OS PREFERIDOS**

E quanto aos parlamentares cuja atuação mais agrada o eleitor? O mais lembrado foi o senador paulista Mário Covas (26%), líder do PMDB na Constituinte, seguido de bem longe por Luiz Inácio Lula da Silva (8%), presidente nacional do PT, e por Fernando Henrique Cardoso — como Covas, senador de São Paulo e líder no Senado. O deputado Guilherme Afif Domingos (PL) chegou a ultrapassar Ulysses Guimarães (presidente do PMDB, da Constituinte e da Câmara dos Deputados) na preferência dos entrevistados (5% a 4%).

Mas as preocupações do eleitor não se limitam à atuação dos seus representantes; volta-se também para as questões por eles debatidas na Assembléia Nacional Constituinte. As citadas como de maior relevância são o regime econômico do País (8%), o ensino (7%), a aposentadoria, a estabilidade no emprego e os direitos da mulher (5%). Outras questões como regime de governo, reforma agrária — assunto que provocou os debates mais acirrados dos constituintes —, segurança e salários foram lembradas por apenas 2% dos entrevistados.

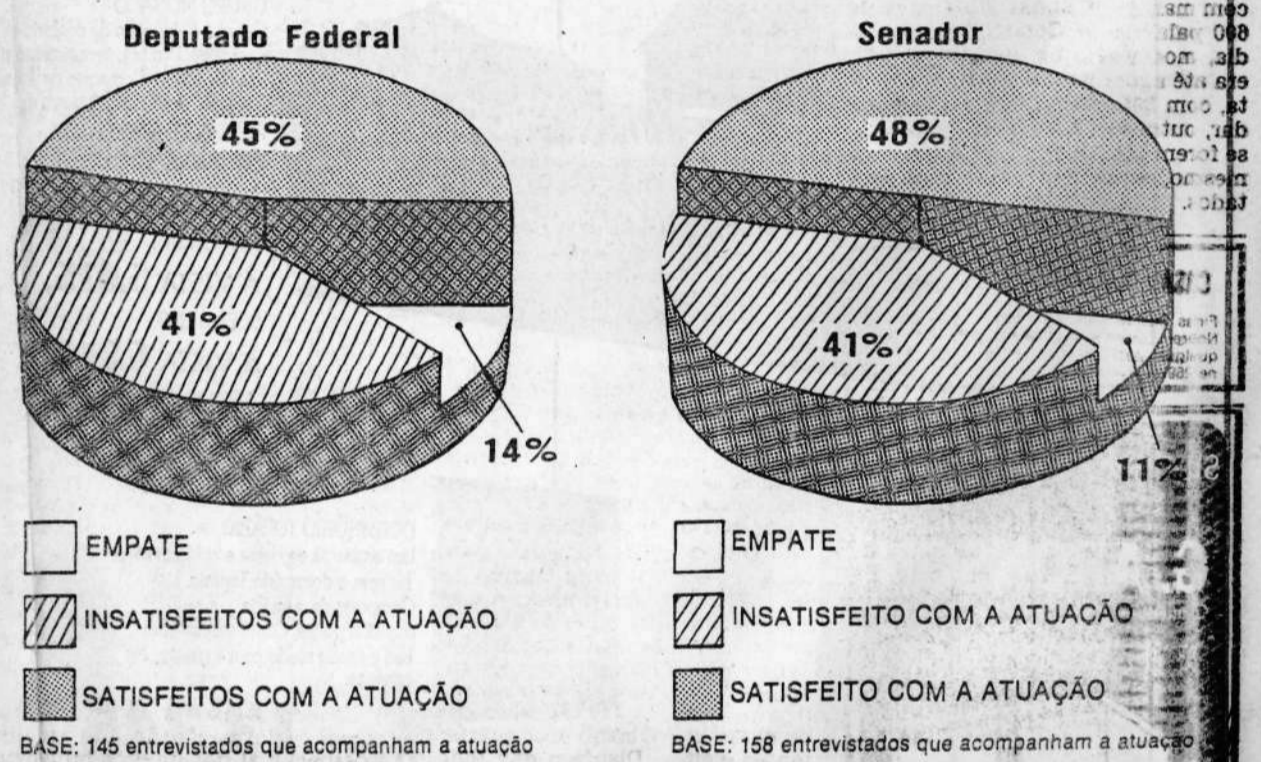
**O PAPEL DA IMPRENSA**

A atuação dos parlamentares tem sido acompanhada de perto pelos eleitores entrevistados pelo Estado: nada menos de 82% estão informados sobre os trabalhos da Constituinte. O meio de comunicação que mais atinge essas pessoas é mesmo a televisão (89%), mas o jornal tem papel importante (51%), enquanto o rádio consegue quase a metade de sua penetração (25%).

Apesar de a TV atingir maior número de pessoas, o aproveitamento do noticiário é sensivelmente maior no jornal, a ponto de suas notícias serem classificadas de muito esclarecedoras por 50% de seu público. Já com a TV o fenômeno é inverso: as informações são pouco esclarecedoras para 57%. O rádio parece ter condição de explicar melhor os fatos — é muito esclarecedor para 30% de seu público e pouco esclarecedor para 48%, menos que a televisão.

Comparativamente, o jornal se sai melhor mesmo para os entrevistados que acham que os órgãos de comunicação não esclarecem nada. A televisão recebeu, mais uma vez, conceito mais baixo que o rádio. Dos telespectadores, são 28% os que consideram as informações sobre Constituinte mal explicadas; dos ouvintes de rádio, 22%; e dos leitores de jornal, apenas 10%.

O sr.(a) tem acompanhado a atuação do(s) seu(s) candidato(s) na Constituinte?



## Homem não precisa amamentar

**BRASÍLIA**  
**AGÊNCIA ESTADO**

Se aprovado em definitivo o anteprojeto de Constituição da Comissão de Sistematização, o homem brasileiro poderá dormir tranqüilo. Terá o amparo da lei para não ficar obrigado a engravidar, dar à luz e amamentar. As feministas poderão contestar, mas, depois de meses de trabalho, os constituintes chegaram à conclusão de que o homem e a mulher são iguais em direitos e obrigações, mas com uma ressalva: "A gestação, o parto e o aleitamento continuam privativos da mulher".

Para conseguir essa definição foram necessárias várias etapas de trabalho. Primeiro, as articulações para a formação das 24 subcomissões e as oito comissões temáticas. Feitas as acomodações políticas em cada grupo, partiu-se para a apresentação e discussão de milhares de sugestões, a maioria redundante ou impertinente. Agora, a Comissão de Sistematização, que destinou os últimos cinco dias para as emendas, mas apenas de adequação. Tudo isso praticamente para nada. O anteprojeto de 501 artigos — uma obra de ajustes de dispositivos, simplesmente compatibilizados pelo relator Bernardo Cabral — dificilmente chegará a um conteúdo

técnico, objetivo e coerente com a realidade brasileira.

Os próprios constituintes, que produziram o anteprojeto, têm a certeza de que o texto, embora provisório, não permite uma visão antecipada do que será a futura Constituição. Sabem que serão necessárias grandes modificações, principalmente a partir da fase seguinte, no plenário, que começa no dia 15. Mas não foram apenas os parlamentares que não gostaram do documento proposto. O Palácio do Planalto também levantou objeções, algumas consideradas indevidas.

As críticas começaram pelo sistema de governo previsto, o "neoparlamentarismo", classificado como um dispositivo que, se aprovado, tornará o País ingovernável. Até mesmo os constituintes que sempre defenderam a tese do parlamentarismo recusaram a nova forma proposta. Como o deputado Paulo Pimentel (PFL-PR), que já anunciou a apresentação, em plenário, de emenda sugerindo o presidencialismo. Seu argumento é que "este não é o momento adequado para a implantação do regime parlamentarista. Da mesma forma que o sistema de governo, há objeções quanto ao problema do mandato presidencial de cinco anos, a questão da garantia da propriedade, a re-

forma agrária, o monopólio do petróleo, investimentos estrangeiros, criação de novos Estados, problemas tributários, estabilidade no emprego e jornada de trabalho de 40 horas semanais, além do conceito de empresa nacional.

O anteprojeto, se discute questões fundamentais, apresenta também utopias. É o caso de um item do artigo 6º, que trata das "Finalidades fundamentais do Estado brasileiro". O texto determina que o Estado deve promover a justiça social pela implementação das condições necessárias para que a felicidade de cada um não custe a infelicidade de ninguém, mas contribua para a felicidade de todos. Esta será, sem dúvida, uma tarefa árdua.

A proposta da Comissão de Sistematização terá de ser alterada, segundo admite o próprio relator Bernardo Cabral. Sua previsão é de um mínimo de 20 mil emendas, que poderão, em plenário, discutir o mérito de cada artigo. Esta etapa irá de 15 de julho a 15 de agosto, quando então tudo retornará à Sistematização. Será elaborado um novo projeto, que permanecerá em plenário de 10 de setembro a 1º de outubro. O relator fará o texto final para outra vez ir a plenário, a partir de 30 de outubro.